



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS E INDÍGENAS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NA EDUCAÇÃO
INFANTIL**

THAYS DE FREITAS OLIVEIRA

**REFLEXOES SOBRE A CONTAÇÃO DE HISTÓRIA COMO ABORDAGEM
METODOLÓGICA NAS PRÁTICAS EDUCATIVAS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR
QUILOMBOLA**

**GUARABIRA - PB
2021**

THAYS DE FREITAS OLIVEIRA

**REFLEXOES SOBRE A CONTAÇÃO DE HISTÓRIA COMO ABORDAGEM
METODOLÓGICA NAS PRÁTICAS EDUCATIVAS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR
QUILOMBOLA**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação Étnico-Racial na Educação Infantil, da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) Campus III, como requisito para a obtenção do título de especialista.

Linha de pesquisa: Educação Quilombola na Educação Infantil.

Orientador (a): Prof^a. Dr^a. Patrícia Cristina de Aragão.

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

O48r Oliveira, Thays de Freitas.
Reflexões sobre a contação de história como abordagem metodológicas nas práticas educativas na educação escolar Quilombola [manuscrito] / Thays de Freitas Oliveira. - 2021.
45 p.

Digitado.

Monografia (Especialização em Educação Étnico Racial na Educação Infantil) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades , 2021.

"Orientação : Prof. Dr. Patrícia Cristina de Aragão Araújo , Departamento de Educação - CH."

1. Criança negra. 2. Contação de história. 3. Infância. I.
Título

21. ed. CDD 372.24

THAYS DE FREITAS OLIVEIRA


**REFLEXÕES SOBRE A CONTAÇÃO DE HISTÓRIA COMO ABORDAGEM
METODOLÓGICA NAS PRÁTICAS EDUCATIVAS NA EDUCAÇÃO
ESCOLAR QUILOMBOLA.**

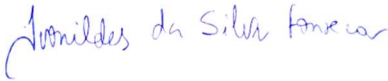
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Coordenação do Curso de Especialização em Educação Étnico- Racial na Educação Infantil, da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Campus Guarabira, como requisito parcial a obtenção do título de Especialista.


Linha de pesquisa: Educação Quilombola na Educação Infantil.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA


Prof^a. Dr^a. Patrícia Cristina de Aragão
(Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba
(UEPB)


Prof^a. Dr^a. Ivonildes da Silva Fonseca (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba
(UEPB)


Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas (Examinador)
Universidade Estadual da Paraíba
(UEPB)

À Deus, por me iluminar. Aos meus avós paternos com todo amor e gratidão, por tudo que fizeram por mim ao longo da minha vida. Desejo poder ter sido merecedora dos esforços dedicados por vocês em todos os aspectos, especialmente à minha formação, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus, por me iluminar durante toda caminhada e me conceder determinação e sabedoria, e por permitir que eu chegasse até aqui e concluir esta etapa da minha vida.

Aos meus avós paternos, que não mediram esforços para que eu tivesse uma boa educação.

Aos meus pais, minha irmã e meu esposo, que com muito amor e carinho, me apoiaram para que eu chegasse até a conclusão desta especialização.

A minha orientadora Patrícia Cristina de Aragão, pelos ensinamentos, paciência e ajuda na construção deste trabalho

Aos amigos que conquistei ao longo do curso, por todos os momentos que vivemos juntos.

Aos meus professores/as do Curso de Especialização em Educação Étnico-Racial na Educação Infantil, da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) – Campus III , que foram tão importantes nessa trajetória acadêmica.

Enfim, meus sinceros agradecimentos a todos que contribuíram de alguma forma para minha formação.

Ouvir histórias é viver um momento de gostosura, de prazer, de divertimento dos melhores.... É encantamento, maravilhamento, sedução... O livro da criança que ainda não lê é a história contada.

(ABRAMOVICH)

RESUMO

Este trabalho discute sobre infância na perspectiva histórica, social, cultural e educativa, enfatizando a contação de história, em especial na infância negra, como prática lúdica facilitadora da aprendizagem, apresentando propostas pautadas nas vivências de pessoas idosas da comunidade quilombola de Caiana dos Crioulos, vistas como representatividades positivas da história local e memórias vivas daquele povo. O objetivo geral é analisar como a prática de contação de história contribui para o desenvolvimento e afirmação étnica da criança negra na educação infantil. O trabalho está situado no campo de estudo da educação quilombola, foi realizada uma discursão teórica com autores que nos possibilitam melhores compreensões sobre este estudo como: Ariés (1981), Abramovich (2001), Oliveira (2006) e Carril (2017). A metodologia da pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa do tipo bibliográfica e documental. Diante dessa pesquisa foi possível compreender que a contação de história como prática educativa é fundamental no ensino-aprendizagem no contexto social quilombola e como ressignificação das vivências e saberes relacionados à ancestralidade e cultura da comunidade, juntamente com as práticas propostas nos documentos sobre educação quilombola na formação de crianças negras.

Palavras-chave: Infância. Criança negra. Contação de história.

ABSTRACT

This work discusses childhood from a historical, social, cultural and educational perspective, emphasizing storytelling, especially in black childhood, as a playful practice that facilitates learning, presenting proposals based on the experiences of elderly people in the quilombola community of Caiana dos Crioulos, seen as positive representativities of local history and living memories of that people. The general objective is to analyze how the practice of storytelling contributes to the development and ethnic affirmation of black children in early childhood education. The work is located in the quilombola education field of study, a theoretical discourse was made with authors that enable us to better understand this study, such as: Ariés (1981), Abramovich (2001), Oliveira (2006) and Carril (2017). The research methodology followed a qualitative approach of bibliographic and documentary type. Given this research, it was possible to understand that storytelling as an educational practice is fundamental in teaching-learning in the quilombola social context and as a re-signification of the experiences and knowledge related to the ancestry and culture of the community, together with the practices proposed in the quilombola education documents in training of black children.

Keywords: Childhood. Black child. Storytelling

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

DCNEI – Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil

DCNEEQ – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PPP – Projeto Político-Pedagógico

RCNEI – Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMARIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. A EDUCAÇÃO INFANTIL E AS QUESTÕES RACIAIS: A CRIANÇA NEGRA EM REFLEXÃO.....	16
2.1. Perspectiva para pensar a infância e a condição da criança negra.....	16
2.2 A Educação Infantil quilombola: dos aspectos teóricos às questões de política educacional.....	21
2.3 A contação de história como prática lúdica na educação da infância do quilombo.....	26
3. CONTAÇÃO DE HISTÓRIA NA ESCOLA FIRMO SANTINO DA SILVA: UM OLHAR ATRAVÉS DA CONTRIBUIÇÃO DE PESSOAS IDOSAS.....	31
3.1 Educação Infantil e os saberes da comunidade na escola: narrativas de pessoas idosas e a contação de histórias.....	31
3.2. A Escola Firmo Santino e a Educação Escolar Quilombola em Caiana dos Crioulos.....	35
3.3 Sequência didática.....	40
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS.....	46

1. INTRODUÇÃO

A arte de contar história é encantadora, pode ilustrar a trajetória de vida, um marco histórico e alegrar seja criança ou idoso com um piscar de olhos, oportuniza voar nas asas da imaginação e criar sua própria versão, como também pode ter uma participação fundamental na aprendizagem com relação à formação social e a sua própria história de vida, que pode ser transformada em arte e atribuída no contexto escolar, é uma forma de transmitir cultura através das gerações.

Este estudo tem como temática a contação de história na educação infantil com foco nas propostas educacionais desenvolvidas através das vivências e saberes praticados na comunidade quilombola, tendo as pessoas idosas como peça fundamental nesse processo.

Enfatiza essa prática pedagógica como facilitadora da aprendizagem, do desenvolvimento e da formação indetentária da criança negra e como uma ferramenta de ensino importante e necessária para o crescimento infantil e que possui diversas possibilidades de mediação do conhecimento, no qual, contar, recontar e aprender se tornam parceiros, destacando que o aprendizado pode acontecer de forma mais prazerosa, concreta e conseqüentemente significativa.

A proposta do trabalho é fazer referência entre a contação de história e a educação escolar quilombola, em uma perspectiva de resgate histórico e cultural por meio de práticas de ensino destinadas à crianças negras quilombolas, como também as mais variadas formas de desenvolvimento das mesmas no espaço escolar da Escola Firmo Santinho da Silva, situada na comunidade de Caiana dos Crioulos, no município de Alagoa Grande - PB. Portanto, esta pesquisa tem o intuito de problematizar sobre a maneira como a contação de história contribui para a afirmação indetentária dessas crianças e seu pertencimento histórico-cultural.

Nessa linha de pensamento, a pesquisa foi orientada pelo objetivo geral que é analisar como a prática de contação de história contribui para o desenvolvimento e afirmação étnica da criança negra na educação infantil, especificamente na comunidade quilombola, levando em consideração a construção social e aspectos oriundos daquela localidade.

De forma mais específica, discutiremos sobre a questão cultural no contexto da educação infantil e suas implicações na formação educativa da criança negra; refletir sobre o papel da contação de história na formação educativa da criança quilombola

na educação infantil; compreender a importância dos saberes da comunidade na escola, desenvolvidos a partir da contação de história e contribuir com a valorização desses saberes na Escola Firmo Santinho da Silva, através desta prática.

A escolha da temática se deu em virtude do interesse em entender a aplicação da contação de história na educação infantil e seus respectivos benefícios para a aprendizagem das crianças negras quilombolas, tendo em vista que é uma etapa importante para o desenvolvimento da criança em todos os sentidos.

Acreditamos que estudar e discutir esse tema são de extrema importância para mostrar que o ato de contar história é um método que pode contribuir para que a criança se desenvolva e entenda suas raízes, pois é através disso que ela se descobre e desenvolve habilidades específicas. Com isso, reafirmamos a importância dessa prática no processo ensino-aprendizagem e na formação social.

A pesquisa visa contribuir para estudo da temática diante de sua relevância na sociedade, reforçando o quanto é necessário o aprofundamento de discussões étnico-raciais na educação infantil, principalmente considerando essa fase como o início da vida escolar e, assim, podendo tê-la como base fundamental também na educação escolar quilombola. Para a comunidade terá uma grande influência na forma de enxergar a importância social de sua história para a sociedade de modo geral, em como as crianças poderão crescer reconhecendo seu marco histórico.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico e documental. A pesquisa bibliográfica compreende todo o material já elaborado em forma de textos, com a finalidade de proporcionar o acesso sobre determinado assunto, servindo de apoio para o desenvolvimento de trabalhos científicos e análises de pesquisa. Amaral (2007), diz que:

A pesquisa bibliográfica é uma etapa fundamental em todo trabalho científico que influenciará todas as etapas de uma pesquisa, na medida em que der o embasamento teórico em que se baseará o trabalho. Consiste no levantamento, seleção, fichamento e arquivamento de informações relacionadas à pesquisa (AMARAL, 2007, p. 1).

Sendo assim, essa pesquisa possibilita um leque de informações que influencia a discussão dos mais variados temas, aperfeiçoamento de conhecimentos baseados nas leituras e levantamentos de hipóteses relacionados ao objeto de estudo, sendo um grande contribuinte para o desenvolvimento de toda pesquisa, respaldada em arquivos, teses, artigos científicos e livros.

A pesquisa documental orienta-se por materiais que não possibilitam um tratamento analítico e que podem ser reelaborados, o que difere da bibliográfica pela sua objetividade e por apresentar elementos importantes baseados em estudos através de dados.

O uso de documentos em pesquisa deve ser apreciado e valorizado. A riqueza de informações que deles podemos extrair e resgatar justifica o seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais porque possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural (SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 2).

Com isto, observamos a relevância do estudo documental, que é visto como um método contribuinte para o entendimento de diversos pontos extremamente importantes para o desenrolar de uma pesquisa. Diante desses tipos de pesquisa, o trabalho foi baseado em análises bibliográficas de autores sobre o tema e na análise de documentos legais que tratam sobre o tema em estudo.

Para desenvolver a pesquisa foram estudados os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (1998), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (2012), as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais (2006), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) e o do Projeto Político-Pedagógico da Escola Firmo Santino da Silva, documentos importantes e que regem a educação brasileira, e que tiveram uma enorme participação na construção do trabalho.

Como aporte teórico, tivemos como referência os estudos de Ariés (1981), Gomes (2002), contribuindo na discussão sobre a infância, Carril (2017) e Miranda (2012), tendo participação na reflexão sobre educação escolar quilombola, e Abramovich (2001) e Oliveira (2006), sobre a contação de história na educação infantil, ambos possibilitaram uma melhor compreensão e estruturação dos conceitos apresentados nos discursos acerca do tema.

O texto está estruturado em dois capítulos descritos a seguir. No primeiro capítulo intitulado como *A educação infantil e as questões raciais: a criança negra em reflexão*, apresentamos as concepções de infância enfatizando a criança negra e sua luta pela autoidentificação e valorização em aspectos sociais, culturais e educacionais, entendendo suas peculiaridades e seu constante processo de desenvolvimento, abordando a trajetória para sua implementação como etapa de

ensino. O capítulo também aborda a importância da contação de história na educação infantil em escolas quilombolas.

No segundo, cujo título é *Contação de história na Escola Firmo Santino da Silva: um olhar através da contribuição de pessoas idosas*, será discutido sobre a participação de pessoas idosas da comunidade de Caiana de Crioulos, nas práticas educativas relacionadas à vivências e saberes da localidade, introduzidas no ambiente escolar, como também uma análise dos documentos legais que orientam sobre a temática em questão.

2. A EDUCAÇÃO INFANTIL E AS QUESTÕES RACIAIS: A CRIANÇA NEGRA EM REFLEXÃO

Neste capítulo serão discutidas as concepções de infância e sua importância histórica no processo educacional da criança negra, com a finalidade de apresentá-la como um ser social e de direitos, em plena construção de sua identidade e valorização de sua cultura.

Aborda a educação infantil e sua trajetória para inserir-se como etapa de ensino da educação básica e a importante contribuição para o desenvolvimento da criança, fazendo relação com a educação quilombola e enfatizando os saberes culturais da comunidade como necessários com relação ao ensino-aprendizagem das crianças negras. Faz uma discussão sobre o conceito de contação de história e as possibilidades pedagógicas que podem proporcionar através das vivências e experiências das crianças quilombolas na educação infantil e sua importância como prática lúdica na infância negra.

2.1 Perspectivas para pensar a infância e a condição da criança negra

No que se refere ao conceito de infância, para que este fosse formado e concretizado nas relações com a sociedade, houve um processo de desconstrução histórica do termo, em que foi elaborada uma visão mais ampla à respeito de fatores fundamentais que permitem considerar a criança como sujeito histórico e de direitos, assim buscando representações infantis a partir de estudos centralizados em relações históricas de união entre infância e educação.

Essa ressignificação do termo infância que se faz presente nos dias de hoje iniciou-se a partir do momento em que a preocupação com a infância se torna uma pauta de análise por pesquisadores, mediante a centralização de informações sobre o reconhecimento da mesma, problematizando vínculo com a história social das crianças.

Em contrapartida, pode-se afirmar a criança como um ser social em constante desenvolvimento infantil, o que necessita ser inserido em seu meio e atingir os estágios de acordo com o que é entendido para sua faixa etária, levando em consideração que nos tempos passados a vida tinha a mesma cobrança e era meramente igual para todas as idades, inclusive para as crianças que por um tempo dividiam os mesmos lugares e situações que os adultos.

Não tinha uma representação dessa fase da vida as crianças que tinham um poder de adulto e escravos que continuavam um longo período da vida como se estivessem na infância, completamente dependente. O sentimento da infância não existia, a sociedade via a criança como um “adulto em miniatura”, ignorando essa fase da vida. De acordo com Ariés (1981, p. 156),

o sentimento da infância não existia- o que não quer dizer que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. O sentimento da infância não significava o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde a consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia. Por essa razão, assim que a criança tinha condições de viver sem a solicitude constante de sua mãe ou de sua ama, ela ingressava na sociedade dos adultos e não se distinguia mais destes (ARIÉS, 1981, p. 156).

Partindo desse pressuposto é possível observar que atualmente, existe uma tendência de separar o mundo das crianças e o do adulto, ou seja, mesmo que o ser esteja se desligando da mãe naturalmente por meio de desenvolvimento cognitivo, continua o mesmo sentimento de infância, até que seja adulto, o que antes ignorado para que ultrapasse a fase da infância para vida adulta.

As concepções de infância são construídas historicamente e sofrem mudanças ao longo dos tempos, seja em uma mesma sociedade ou época. É importante destacar que existem diversas maneiras de considerar as crianças, dependendo até mesmo de qual classe social pertence. Com isso, há uma dualidade na forma de enxergá-la perante a sociedade, duplicidade que acompanha desde muito tempo. Entendê-la como um sujeito social e histórico de direitos e deveres enfrenta um cotidiano bastante adverso isso com relação a seu lugar na sociedade. Na Idade Média não havia essa divisão de funções entre os indivíduos como enfatiza Ariés (1981, p. 275),

Na Idade Média, no início dos tempos modernos, e por muito tempo ainda nas classes populares, as crianças misturavam-se com os adultos assim que eram consideradas capazes de dispensar a ajuda das mães e ou das amas, poucos anos depois de um desmame tardio- ou seja, aproximadamente, aos sete anos de idade. A partir desse momento, ingressavam imediatamente na grande comunidade dos homens, participando com seus amigos jovens e ou velhos dos trabalhos e dos jogos de todos os dias. O movimento da vida coletiva arrastava numa mesma torrente as idades e as condições sociais (ARIÉS, 1981, p. 275).

Entender que a criança possui suas peculiaridades e ao ser inseridas na sociedade como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito próprio, é um constante processo de construção do conhecimento, tendo em vista que constroem

por meio das interações que estabelecem com as pessoas. É uma constante ressignificação.

A infância, primeira fase da vida da criança, é de extrema importância para a construção da sociedade, uma fase que precisa ser vivida com cuidado e ensinamentos, sem necessariamente pular etapas de suas vivências, havendo uma representação da fase da vida, que surge a partir da ideia de proteção e dependência.

Tendo em vista que a infância está inteiramente ligada ao desenvolvimento da criança e suas especificidades, as etapas de crescimento vinculadas a essa fase precisam acompanhar essa evolução. Para isso, necessita de uma tentativa de igualdade entre as ações destinadas a ela, e, partindo para uma perspectiva da infância da criança negra, observa-se uma diferenciação nesse processo

A infância da criança negra é marcada pelo racismo estrutural enraizado na sociedade desde muito tempo e que permanece com muita força nos dias de hoje. Porém, disfarçado na tentativa de desconstrução do paradoxo de negritude, mas quando faz relação com a questão de identidade ou de lugar em que ocupa na sociedade, regride a ações e pensamentos de tempos passados.

No período escravista as punições severas e as precárias condições as quais eram submetidas, tornava essa fase igualitária tanto para adultos quanto para crianças negras, ou seja, a infância era substituída por uma vida regada a trabalhos e vivências de pessoas com uma idade superior, mas que, por estar inserido em um mesmo local e com as mesmas condições históricas, são tratadas e punidas da mesma forma, havendo extremas restrições e com isso ofuscado o direito de ser criança.

Farias (2013) afirma que ao nascer a criança negra já ocupava um lugar pelo sistema escravista, não tinha direitos nem ao menos de ser amamentado, pois, em muitas situações, suas mães eram alugadas ou cedidas para servirem de ama-de-leite para crianças brancas.

A sociedade colonial usurpava da criança negra o direito a infância. Logo que nascia, ela não tinha direito ao leite e aos cuidados maternos. Assim como na Europa, senhoras da Casagrande não amamentam seus filhos, entregavam-nos aos cuidados de uma ama de leite, que era obrigada a retirar tal sustento da boca de seus próprios filhos (FARIAS, 2013, p. 51).

De acordo com essa afirmação é possível entender que desde os primeiros dias de vida era impedida de ter uma infância com direitos sociais e humanitários

iguais, o que também remete aos tempos de hoje, em que a cor da pele, continua sendo alvo de constrangimento e opressão. A identidade se forma desde a infância, o que diz muito sobre como é vivenciada e como isso poderá afetar sua relação com a sociedade diante de tantas negatividades direcionadas a seu passado que perpetua até hoje. A construção da identidade, segundo Munanga (1994), é muito pertinente quando diz que:

a identidade é uma realidade sempre presente em todas as sociedades humanas. Qualquer grupo humano, através do seu sistema axiológico sempre selecionou alguns aspectos pertinentes de sua cultura para definir-se em contraposição ao alheio. A definição de si (autodefinição) e a definição dos outros (identidade atribuída) têm funções conhecidas: a defesa da unidade do grupo, a proteção do território contra inimigos externos, as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos, etc (MUNANGA, 1994, p. 177-178).

O autor destaca como uma definição, pois faz com que sejamos definidos por nossa identidade social e cultural, como uma defesa por ser um aspecto importante para a construção do eu, sujeito histórico, e como uma proteção, por ser de extrema importância na luta por direitos, assim tendo um papel fundamental na infância negra, tendo em vista todos esses fatores, que se posicionam de maneira perspicaz em cada momento ou fase da infância.

É nesse sentido que entendo a identidade negra como uma construção social, histórica e cultural repleta de densidade, de conflitos e de diálogos. Ela implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/ racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro. Um olhar que, quando confrontado com o do outro, volta-se sobre si mesmo, pois só o outro interpela a nossa própria identidade (GOMES, 2002, p. 39).

Gomes (2002) nos mostra um sentido de identidade negra que se constrói através do olhar, voltada para as relações socioculturais de cada grupo social, transparecendo a relação com o outro e sobre si mesmo, o que é necessário para que criança seja protagonista de sua própria história, buscando enxergar no outro inspiração positiva para que a infância seja referência para uma construção e crescimento de um adulto enraizado por vivências construtivas para viver em sociedade, mesmo sabendo das divergências que poderão ser encontradas pelo caminho.

A infância da criança negra está inteiramente ligada à construção dessas relações citadas por Gomes (2002) e, para que isso acontecer, se faz necessário uma

educação infantil respaldada em estímulos essenciais para essa evolução. É uma fase do desenvolvimento humano, em seus mais diversos aspectos intelectuais, sociais, emocionais e motor, envolve toda forma de educação da criança, seja na família, na escola, na sociedade ou na comunidade, é um importante fator que determina o desenvolvimento das crianças desde seus primeiros anos de vida.

Analisando o contexto histórico da educação infantil, percebe-se que durante muito tempo a educação das crianças era única e exclusiva da família, em especial das mães e os aspectos culturais era construído através da participação e no convívio com os adultos em suas tradições. Segundo Oliveira (2002, p. 94-95),

Com a urbanização e a industrialização [...] produziram um conjunto de efeitos que modificaram a estrutura familiar tradicional no que se refere ao cuidado dos filhos pequenos. [...] Como a maioria da mão de obra masculina estava na lavoura, as fábricas criadas na época tiveram de admitir grande número de mulheres no mercado de trabalho.

Devido a toda essa mudança, não era possível que as mães dedicassem seu tempo para os cuidados com os filhos pequenos e, assim, foi preciso que houvesse a criação de instituições voltadas para o cuidar da criança, tinha caráter apenas assistencialista, reduzido a um espaço essencialmente dedicado ao cuidar, que surgiram para atender as necessidades do mercado de trabalho, que precisava da mão de obra feminina.

No entanto, de acordo com Oliveira (2002), iniciaram a criação dos primeiros jardins de infância, instituições educativas que eram frequentadas pelos filhos dos mais favorecidos. Com o passar do tempo foram feitas mudanças através de documentos educacionais para a partir daí ser considerada um processo educativo contribuinte para o desenvolvimento da criança e para a construção sociocultural.

A educação das crianças em espaços de convívio coletivo se afirma com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei 9.394/96 (BRASIL, 1996), que cunha a expressão educação infantil (creche para as crianças de 0 a 3 anos e pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos) e a define como etapa inicial da educação básica, inserindo, definitivamente, essa etapa no sistema educacional brasileiro (NAZÁRIO; PAULA, 2012, p.104).

Partindo dessa definição, pode-se discutir uma educação infantil como processo educacional e etapa de ensino na vida da criança, que, neste sentido, é o objeto principal, que insere-se na educação básica e que ocupa um lugar de extrema

relevância no ensino-aprendizagem, como também em relação à inserção sociocultural na sociedade.

2.2 A educação infantil quilombola: dos aspectos teóricos as questões de política educacional

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, considerada uma das mais importantes com relação à formação da criança, funciona como uma base para as demais fases da educação formal. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96 (LDB) a educação básica é obrigatória em todo o estado nacional, incluindo assim a educação infantil como cita no Artigo 29:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996).

Com essa percepção é possível compreender que na educação infantil as crianças iniciam um momento de existência fora do convívio familiar, interagem com outras crianças, desenvolvem sua personalidade e principalmente a autonomia, contribui de forma significativa para o desenvolvimento da aprendizagem em diversas áreas do conhecimento,

Com isto, é possível afirmar que a educação infantil engloba fatores que vão além do espaço escolar, transcende qualquer pensamento ilusório de que essa etapa não contribui para o processo de desenvolvimento da criança, visto que existem aspectos importantes citados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB,1996) que buscam um alcance significativo para o desenvolvimento cognitivo e motor.

Os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCNEI, 1998) evidenciam a importância do desenvolvimento da identidade e da autonomia que estão intimamente relacionados com os processos de socialização, o qual é proporcionado nessa etapa da vida, tendo em vista que a educação infantil engloba qualquer forma de educar, seja ela na família, na escola ou na comunidade.

É o momento de interação das crianças com o mundo, com todos que a cercam e consigo mesmas, está diretamente ligada ao desenvolvimento pleno da criança, o que antes era voltado apenas para o meio familiar foi ampliando para um sentido mais

perspicaz de ensinamentos, desbravando outros olhares perante a sociedade, levando em consideração o educar e o brincar como fontes poderosas nessa fase. Conforme apontam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2010) que o brincar é um dos eixos norteadores das práticas pedagógicas da educação infantil.

Neste sentido as crianças conhecem e constroem novos valores, costumes e sentimentos através das construções sociais, dos processos de socialização e do desenvolvimento da identidade e da autonomia, importantes na educação infantil e que podem ser trabalhados durante uma longa jornada de ensino-aprendizagem. Que segundo o Referencial Curricular Nacional Brasil (1998),

Nas interações sociais se dá a ampliação dos laços afetivos que as crianças podem estabelecer com as outras crianças e com os adultos, contribuindo para que o reconhecimento do outro e a constatação das diferenças entre as pessoas. Isso pode ocorrer nas instituições de educação infantil que se constituem, por excelência, em espaços de socialização, pois propiciam o contato e o confronto com adultos e crianças de várias origens socioculturais, de diferentes religiões, etnias, costumes, hábitos e valores (BRASIL, 1998, p.11).

Assim, nas interações e socializações que o espaço escolar proporciona, as crianças constroem relação com o outro, sendo possível contribuir para a identificação de diferentes aspectos culturais, sociais e educacionais. Partindo dessa afirmação, a discussão sobre infância se faz necessária, visto que a criança ocupa um lugar central no âmbito educacional, na qual necessita de estímulos certos para que floresça e, conseqüentemente, atinja níveis significativos para seu desenvolvimento na formação de seres pensantes e capazes de lutar por seus objetivos. A educação infantil transcende essa afirmativa para um elevado nível de criatividade e percepção.

Pensar em educação infantil, é ter uma visão de mundo voltada para os direitos da criança, que estão interligados a uma educação de qualidade, conforme nos mostra o Referencial Curricular Nacional para a educação Infantil (1998), que enfatiza a necessidade que esse processo tem em auxiliar o desenvolvimento de apropriação e conhecimento das capacidades corporais, afetivas, emocionais, étnicas para formação de crianças com direitos e deveres igualitários.

Na educação infantil as crianças constroem relações através de vivências, aprendizados e socializações que caracterizam a infância e constroem sua história baseada nas vivências dentro e fora do ambiente do escolar, com aspectos do

cotidiano da criança, relacionando-se também com educação e cultura, pontos relevantes também da educação quilombola, que permitem a valorização cultural.

Com uma perspectiva educativa voltada para as crianças quilombolas, tendo a cultura como potencialização para a criação de conteúdos escolares com ênfase na realidade de vida e experiências da comunidade, a educação quilombola fortalece os processos educativos oriundos do povo quilombola e que está inserido desde a educação infantil, permitindo que essa fase seja dinamizada na cultura do seu povo.

A educação quilombola é o compartilhamento de conhecimentos que acontecem nas comunidades através de vivências e saberes do seu povo, é reconhecer o território e a comunidade como parte do processo educativo, ou seja, que tem uma grande parcela de contribuição para a construção do conhecimento.

A educação escolar quilombola é uma aproximação entre os saberes da comunidade e os curriculares “não pode prescindir da discussão sobre a realidade histórica e política que envolve a questão quilombola no país” (BRASIL, 2011, p. 29). Nessa perspectiva, deve haver uma reflexão mais ampla sobre os conhecimentos que nela são produzidos na diversidade cultural do local.

Como as crianças moradoras de quilombos, muitas delas, já se encontram nas escolas da região, a preocupação tem sido a invisibilidade no espaço escolar e nos currículos trabalhados por seus professores de temas relacionados à cultura quilombola e afro-brasileira. Nesse sentido, há a necessidade de salvaguardar e reforçar a identidade cultural em ambientes escolares que, explicitamente ou não, podem vir a manifestar formas de preconceito e racismo e repensar processos educacionais que abarquem as comunidades quilombolas como elemento central de seus projetos (CARRIL, 2017, p. 544).

Entretanto, observa-se através do apontamento de Carril (2017) a necessidade da implementação de uma instituição de ensino na comunidade que vise as necessidades dos quilombolas e que sirva como ponte para a valorização da identidade e cultura através do ensino-aprendizagem, para que o processo educacional seja viável para todos.

Por muito tempo não havia centros educacionais nas comunidades, ou seja, escolas situadas no território quilombola. Com isso, os estudantes precisavam se deslocar para fora de seu lugar de origem. Em muitos casos, as unidades de ensino se encontravam distantes de suas residências e o currículo fora da realidade histórica e cultural em que estão inseridos. De acordo com a UNICEF (BRASIL, 2003, p. 15) sobre a situação da infância e adolescência brasileira:

Raramente os alunos quilombolas veem sua história, sua cultura e as particularidades de sua vida nos programas de aula e nos materiais pedagógicos. Os professores não são capacitados adequadamente, o seu número é insuficiente para atender a demanda e, em muitos casos, em um único espaço há apenas uma professora ministrando aulas para diferentes turmas.

Com isso houve uma resistência e luta para que o direito à educação voltada para sua realidade fosse implantado. A partir disso foram instituídas legislações para auxiliar e principalmente garantir a educação dos quilombolas por direito em seus respectivos territórios, como a Lei nº 10.639/2003, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (2007) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (2012). A Lei nº 10.639/03 define que:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. § 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras (BRASIL, 2003).

Esta lei nos mostra a ausência desse processo educacional dentro do ambiente escolar e a falta dessa temática ser implantada nas escolas. Para além disso, ela permite que os alunos tenham em suas aulas conteúdos referentes à temática quilombola que contempla a sociedade brasileira em especial a sua cultura, e desde de cedo às crianças vivenciam costumes e crenças do seu povo, o que faz referência com toda sua história.

Diante disso, as comunidades quilombolas começaram a ganhar força para irem conquistando o direito que a eles pertenciam. A partir daí um novo olhar foi sendo criado juntamente com o reconhecimento da educação quilombola como modalidade educacional, através das Diretrizes Curriculares Nacionais que definiu no Art. 41:

A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas deve ser reconhecida e valorizada sua diversidade cultural (BRASIL, 2012, p. 42).

A educação escolar quilombola é uma ponte que leva os alunos para uma aproximação entre os saberes da comunidade e os curriculares, possibilita o funcionamento de escolas dentro das comunidades e com profissionais especificamente habilitados para atuar na área e com temáticas que fazem relação com seu cotidiano.

Ao dialogar e incorporar os conhecimentos da realidade local dos quilombolas em diálogo com o global, o currículo terá como eixo principal: o trabalho, a cultura, a oralidade, a memória, as lutas pela terra e pelo território e pelo desenvolvimento sustentável dessas comunidades. Significa que a orientação de todas as disciplinas que deverão dialogar transdisciplinarmente entre si deverá ser a vivência sócio-histórica dos conhecimentos e aprendizagens construídos no fazer quilombola (BRASIL, 2011, p. 32).

A incorporação desses aspectos socioculturais no currículo servirá como ponte entre os conhecimentos já existentes dentro do quilombo e o processo de desenvolvimento das disciplinas. Assim, podendo uni-los e construir um diálogo pertencente à realidade quilombola. Para as crianças em especial, ter esse olhar voltado para os saberes históricos e culturais do seu povo é de extrema importância para a construção de sua identidade, para conhecer a comunidade em que vive, para a disseminação de fatos reais de seu povo. Na educação infantil, as crianças podem ter esse local de fala e principalmente de escuta com a participação integral no ambiente escolar, espaço este em que precisa ser palco para novas descobertas e aprendizados.

A educação infantil tem um papel relevante na vida das crianças através da ludicidade, é brincando que aprendem e desenvolvem diversas habilidades e na comunidade quilombola pode-se extrair um leque de possibilidades para que haja a junção da educação escolar quilombola e essa fase da vida das crianças.

Partindo desse pensamento, entende-se que dentro do contexto social que estão inseridos a busca por métodos que ressaltem a ancestralidade, a identidade e a valorização histórica de sua cultura podem estar inteiramente ligados ao ambiente escolar de forma prazerosa e significativa. Segundo Miranda (2012, p. 374):

A implantação da modalidade de educação quilombola insere-se no conjunto mais amplo de desestabilização de estigmas que definiram, ao longo de nossa história, a inserção subalterna da população negra na sociedade e, conseqüentemente, no sistema escolar (MIRANDA, 2012, p. 374).

Diante dessa afirmação apontada por Miranda (2012) pode-se entender o quanto a educação quilombola inserida no sistema escolar é imprescindível para a construção de um conceito significativo para a luta por seu espaço na sociedade e a educação, como fator primordial nesse processo, é necessária para essa evolução, principalmente por alcançar diversos níveis de ensino que vai da educação infantil até ao ensino superior, servindo de escada para o ensino-aprendizagem nas comunidades quilombolas.

2.3 A contação de história como prática lúdica na educação da infância de quilombo

A contação de história é uma prática calcada na oralidade, que vem desde muito tempo, pois está presente nos hábitos da cultura humana antes mesmo do desenvolvimento da escrita, consistindo numa ferramenta que está diretamente ligada ao imaginário social. É uma atividade comunicativa que permite que a imaginação seja instigada, conduzindo o pensamento para lugares jamais alcançados na história. Esta prática oral, cujo conhecimento parte de geração à geração, é importante na formação educativa da infância, como forte influência para que a interação sociocultural seja desenvolvida.

O primeiro contato da criança com um texto é feito, em geral, oralmente. É pela voz da mãe e do pai, contando contos de fada, trechos da Bíblia, histórias inventadas tendo a gente como personagem, narrativas de quando eles eram crianças e tanta, tanta coisa mais. [...] Contadas durante o dia, numa tarde de chuva ou à noite, antes de dormir, preparando para o sono gostoso e reparador, embalado por uma voz amada. [...] É poder rir, sorrir, gargalhar com as situações vividas pelos personagens, com a ideia do conto ou com o jeito de escrever de um autor e, então, poder ser um pouco cúmplice desse momento de humor, de gozação (ABRAMOVICH, 2001, p. 16-17).

De acordo com o posicionamento do autor, pode-se destacar que a contação de história presente no ambiente familiar da criança, como narrativas de situações vividas e até mesmo ilusórias, perpetuam entre as gerações e que fazem parte de momentos que remetem a infância. Atualmente existe uma necessidade de expressar-se por palavras, gestos e situações adversas, mas algo muito importante que necessita de um olhar mais profundo e que haja um renascimento nas vivências de hoje, que é o contato de práticas de oralidade de pais para filhos, avós para netos, que é uma rica participação nesta prática, o ato de contar, ouvir e recontar histórias.

Contar é transformar um enredo em encantamento, suspense, surpresa e emoção, consegue através da oralidade que os personagens ganhem vida, como também apresentam acontecimentos passados e vivências de um povo dentro de uma narrativa de sua cultura. De acordo com Rodrigues (2005),

A contação de histórias é própria de incentivo para imaginação e o entrelace entre o real e o fictício. Ao pensar em uma história para ser contada, faz-se necessário a tomada de experiência do narrador e de cada personagem como nossa e ampliamos nossa experiência vivencial por meio da narrativa do autor. Os fatos, as cenas e os contextos são do plano do imaginário, mas os sentimentos e as emoções transcendem a ficção e se materializam na vida real (RODRIGUES, 2005, p. 4).

Através da contação de história, que se torna possível repassar tradições, costumes e valores que ajudaram a estimular a formação do cidadão e manifestar, de diversas formas, as experiências de acontecimentos reais ou imaginários, por meios de palavras ou imagens. Com isto, ao se contar uma história possibilita a abertura de um leque de descobertas e compreensão do mundo, pois elas despertam no ouvinte o fascínio tanto para ouvi-la quanto para recontá-la, ou seja, é uma possibilidade pedagógica de implementar o gosto pela leitura, a imaginação e a ampliação do vocabulário e a escrita.

Abramovich (2001), refere-se a função da contação de história como divertimento e entretenimento para a criança, mas principalmente com um importante papel no seu desenvolvimento, pois enfatiza o incentivo que a prática traz para ser um leitor e ter um longo caminho de descobertas e percepção de mundo. Para contar uma história na educação infantil é necessário estabelecer métodos pedagógicos para esse momento, que possibilidades lúdicas sejam criadas e Oliveira (2006) enfatiza que:

As histórias contadas oralmente têm uma força de transmissão oral, isto é: a voz, o olhar e o gesto vivo do contador de histórias, que alegre ou entristece a sua plateia. Na “contação” usam-se as próprias palavras, há variações nas versões de cada história, permite-se o uso de recursos e está mais próxima da oralidade. A criança aprende mais sobre a língua que se fala, amplia seu repertório e seu universo imaginário, percebe que as histórias podem ser mudadas e começa a criar suas próprias histórias (OLIVEIRA, 2006, p. 4).

Neste sentido, percebe-se o poder que a contação de história tem por usar a oralidade como peça fundamental de transmissão. É uma prática pedagógica que contribui de forma significativa para o desenvolvimento de habilidades cognitivas,

sendo também uma possibilidade de introdução para vários conteúdos programáticos. Observa-se um grande poder de interdisciplinaridade, como também ao uso de diversos recursos materiais e corporais.

Para desenvolver propostas pedagógicas voltadas para essa prática, é interessante que antes de tudo seja levado em consideração o local em que a criança está inserida, as vivências, costumes e o vocabulário de seu povo para, assim, planejar e executar momentos de interação e troca de experiências através da contação, que está inteiramente ligada ao processo de ensino-aprendizagem.

Ao ser trabalhada na sala de aula, esta prática pode-se explorar o imaginário e aspectos culturais, desenvolvendo ações que instiguem a correlação da história ouvida com sua realidade. Por isso a importância de haver essa ligação com o cotidiano, o que faz com que o processo de aprendizagem, tenha um alcance maior para as crianças, atribuindo sentidos e auxiliando na formação da sua identidade.

Ouvir histórias é viver um momento de gostosuras, de prazer, de divertimento dos melhores. [...] É encantamento, maravilhamento, sedução. [...] O livro da criança que ainda não lê é a história contada. E ela é (ou pode ser) ampliadora de referenciais, postura colocada, inquietude provocada, emoção deflagrada, suspense a ser resolvido, torcida desenfreada, saudades sentidas, lembranças ressuscitadas, caminhos novos apontados, sorriso gargalhado, belezuras desfrutadas e as mil maravilhas mais que a história provoca (ABRAMOVICH, 2001, p. 16).

A partir dessa afirmação, entende-se o quanto as histórias contadas contribuem também para o despertar de diversas emoções na criança, pois mesmo que ainda não tenha desenvolvido a leitura consegue entender e participar através da oralidade e da escuta, que estão ligados consequentemente com o ato de contar histórias, um momento de diversão e imaginação.

Com isto, as propostas de ensino, nesse sentido, farão referência à inúmeros fatores contribuintes para a formação da criança que estão interligados tanto ao prazer quanto a aspectos cognitivos, estas podem ser desenvolvidas em sala de aula através de manifestações culturais, teatros, roda de conversa e a capacidade de imaginar permite que crie habilidades de entendimento e compreensão que ultrapassa o imaginário e até mesmo o ambiente escolar.

Incontáveis são as possibilidades que a contação de história propicia em sala de aula no desenvolvimento infantil ao ser inclusa na vivência da criança que também acompanha essa prática. Por isto, pensar na realidade e em como pode ser inserido

esse contexto dentro do ambiente escolar é de extrema importância para que a função social e individual aflore e ganhe espaço, respeitando as especificidades e intencionalidades que a história possui. Segundo Abramovich (2001)

É através duma história que se podem descobrir outros lugares, outros tempos, outros jeitos de agir e de ser, outra ética, outra ótica. É ficar sabendo História, Geografia, Filosofia, Política, Sociologia, sem precisar saber o nome disso tudo e muito menos achar que tem cara de aula (ABRAMOVICH, 2001, p. 17).

Por esta razão o imaginário é estimulado à viajar dentro das histórias e alcançar altos índices de percepção dentro uma narrativa, podendo estar presente fisicamente, mas a imaginação te levando para lugares inusitados. É esse mundo que pode ser transportado para a sala aula, seja com acontecimentos atuais ou de nossos antepassados.

Partindo para um ponto de vista voltado para a ludicidade, que faz total relação com a contação de história, pois envolve o brincar, explorar, expressar e a construção do conhecimento, é importante enfatizar as possibilidades de expansão nas comunidades quilombolas com crianças negras, que tem uma cultura rica em diversidade e que pode contribuir de forma significativa para as práticas pedagógicas, influenciando também no trabalho do educador.

Toda a sociedade pressupõe apropriação da cultura, de uma cultura compartilhada por toda sociedade ou parte dela. A impregnação cultural, ou seja, o mecanismo pelo qual a criança dispõe de elementos dessa cultura, passa, entre outras coisas, pela confrontação com imagens, com representações, com formas diversas e variadas. Essas imagens traduzem a realidade que a cerca ou propõem universos imaginários. Cada cultura dispõe de um “banco de imagens” consideradas como expressivas dentro de um espaço cultural. É com essas imagens que a criança poderá se expressar, é com referência a elas que a criança poderá captar novas produções (BROUGÈRE, 2010, 41).

Deste modo, pode-se perceber a influência das representações culturais, em suas mais variadas formas, percorrendo um caminho de expressões representativas de um povo que remete à referências positivas para a vida da criança, assim, contribuindo para sua formação na sociedade. Na educação infantil, as crianças reencontram nas histórias contadas suas memórias e afeições, proporcionando momentos de relação com a cultura e as práticas sociais, encontrando no universo lúdico da contação de histórias visões privilegiadas de suas raízes.

A criança negra que em sua comunidade pode aprender com seus avós, pais e familiares tem um grande poder de disseminação de sua história e, acima de tudo, uma representação pautada em histórias reais, que resgatam seus antepassados e apresentam um enredo repleto de manifestações e luta de um povo.

3. CONTAÇÃO DE HISTÓRIA NA ESCOLA FIRMO SANTINO DA SILVA: UM OLHAR ATRAVÉS DA CONTRIBUIÇÃO DE PESSOAS IDOSAS

Neste capítulo será discutido aspectos importantes sobre as pessoas idosas da Comunidade de Caiana dos Crioulos, suas contribuições com relação a ancestralidade, vivências e culturas do seu povo, tendo como suporte participação ativa juntamente com o diálogo através de práticas lúdicas como a contação de história no ambiente escolar, mais precisamente na educação infantil, enfatizando a valorização étnico-racial da criança negra da comunidade.

Será feita uma análise do Projeto Político-Pedagógico da Escola Firmo Santino da Silva, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação escolar quilombola e das Orientações das Relações Étnicas Raciais apresentando a importância e contribuições para o ensino infantil, apontando propostas metodológicas pautadas nesses documentos e sua relação com contação de história.

3.1 Educação infantil e os saberes da comunidade na escola: narrativas de pessoas idosas e a contação de histórias

Na comunidade quilombola de Caiana do Crioulos existem memórias vivas que lutam para que sua história, cultura e crenças sejam mantidas e preservadas, através de danças, músicas, brincadeiras, rodas de conversas entre outras formas que clareiem a memória de seu povo sobre sua história e sua identidade.

A identidade é um elemento crucial para podermos entender a ideia de pertencimento que os indivíduos sentem em relação a uma gama de significados e atribuições simbólicas aos elementos que os cercam, sendo necessário estabelecermos um diálogo com a antropologia e com a psicologia para aprofundar a questão da identidade, sobretudo a noção de identidade étnica. Desse modo, a identidade adquire uma relação ambivalente entre “eu X eles”, pois não é somente a percepção que o indivíduo faz de si que o diferencia dos demais, mas também o processo de afirmação e legitimação de determinados aspectos e referências de sua identidade que o torna diferente daquele (ou daqueles) que está(ão) inserido(s) em outros grupos (LIMA, 2015, p. 501).

Neste sentido, a identidade continua sendo o fator principal para o reconhecimento de qual grupo social é pertencente, levando em consideração que a autoidentificação é importante para a visão sobre si te distingue dos demais, mas legitimá-la é importante para que haja a diferenciação, afirmação e reconhecimento de qual grupo está inserido.

Os relatos orais de memórias que os idosos de uma comunidade podem oferecer são importantes fontes de conhecimentos enraizados no poder da fala de um povo que conta sua história resgatando acontecimentos marcantes que fazem parte de uma longa trajetória e que não podem ser deixados para trás, abandonados no fundo do baú e que fazem total referência na construção da identidade.

O legado ancestral tem potencial de transformar e construir um novo olhar para uma comunidade, principalmente a partir da infância, fase em que estão construindo seus pensamentos e, conseqüentemente, sua identidade étnica. As pessoas idosas da comunidade são a memória histórica de seu povo, que colabora com conhecimentos e experiências trazidos de uma trajetória longa de vida e vivências, que acumulam saberes e fazeres de seu povo. Segundo Vansina (1980),

Uma sociedade oral reconhece a fala não apenas como um meio de comunicação diária, mas também como um meio de preservação da sabedoria dos ancestrais, venerada no que poderíamos chamar elocuições-chave, isto é, tradição oral (VANSINA, 1980, p. 157).

É neste sentido que as histórias devem ser levadas para as crianças na comunidade quilombola de Caiana dos Crioulos, introduzindo e preservando os saberes e fazeres através do que é favorável para aquele povo – a oralidade e memória coletiva –, isto porque o povo do quilombo precisa se integrar as atividades da escola, deve-se elaborar uma escuta sobre estes saberes, ou seja, o povo do quilombo precisa ser ouvido e as crianças que são as novas gerações, precisam aprender sobre seu povo. Segundo a LDB,

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996).

Com isso, observa-se que a educação alcança um elevado índice de participação em sua caminhada e que pode ter a inclusão de diferentes contribuintes que venham a somar com a troca de conhecimentos. Na comunidade quilombola os pais, avós e familiares têm uma importante participação nesse processo, uma narrativa que é uma fonte essencial perante uma comunidade sem história escrita, principalmente entre os mais velhos.

Partindo para o espaço escolar, é necessário que nesse ambiente haja uma participação ativa dos familiares das crianças e pessoas mais velhas na comunidade, que essa relação social através da fala, seja transformada em compartilhamento de conhecimentos, que os professores juntamente com a participação dessas pessoas possam ser os mediadores para uma construção positiva de valores, identidade, crenças e cultura.

Com o objetivo de contribuir para a implementação de práticas voltadas para a contação de história, através de narrativas de pessoas idosas e de suas vivências na comunidade é possível destacar algumas ações metodológicas que poderão complementar o currículo da escola fazendo relação com as vivências da pessoas idosas.

A roda de conversa entre idosos e professores, onde os mais velhos terão o lugar de fala, para que haja o compartilhamento de experiências e a construção de um diálogo pautado nas histórias vividas por eles, um resgate dos jogos e brincadeiras que remetem a infância, que muitas vezes estão esquecidos ou até mesmo desconhecidos pela nova geração. Ao manter esse diálogo com os profissionais de

educação, haverá uma adaptação das ideias e transformadas em práticas de ensino através do que foi exposto.

Em uma dessas práticas podem ser incluídas a contação de histórias, seja recontada pelas professoras utilizando recursos pedagógicos produzidos a partir do que foi mensurado e que facilitem a compreensão e o desejo em ouvi-la, ou pelos próprios idosos, em um momento de participação na aula. Assim, as crianças conhecem as vivências de seus antepassados, através dos mesmos ou pessoas mais próximas.

Desenvolver jogos e brincadeiras que faziam parte da infância dos idosos e que são heranças daquele povo, utilizando materiais que possam ser encontrados na própria comunidade ou disponibilizados pela escola e que podem expor para visitaçã, proporcionando que mais pessoas conheçam sobre sua história.

Apresentações através da musicalização e danças oriundas de seu povo, para que as crianças possam conhecer e valorizar o estilo característico da comunidade desde a infância e no ambiente escolar, buscando o resgate cultural e conhecimentos sobre a artes e adaptação do currículo, incluindo a contação de história como prática lúdica de resgate as raízes quilombola.

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 1996).

Incluir as questões regionais e locais é de extrema importância para o desenvolvimento cultural e deixa claro a necessidade de trabalhar com uma parte diversificada, na qual as características de um povo são desbravadas e incluídas no ambiente escolar de forma clara e objetiva, que é o que proporciona a contação de história, um momento lúdico em que o ensino-aprendizagem é introduzido e bem estabelecido a ponto de viajar na imaginação.

Os Referencias Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCNEI, 1998) evidenciam a importância de valorizar as atividades lúdicas na educação infantil, observando que as crianças podem acrescentar nas brincadeiras os conhecimentos que já foram construídos e recomenda a inserção do lúdico como uma atividade permanente na educação infantil. Partindo das atividades realizadas nessa etapa da vida escolar é possível compreender diversas formas de pensar e agir, sendo uma

ponte entre a criança e o conhecimento, contribuindo para o seu processo de desenvolvimento.

O uso da atividade lúdica com fins pedagógicos remete-nos a relevância desse instrumento para situações de ensino aprendizagem e de desenvolvimento infantil, pois se considerarmos que a criança aprende de modo intuitivo adquire noções espontâneas, em processos interativos, envolvendo o ser humano em suas cognições, afetividade, corpo e interações sociais, o brinquedo desenvolve um papel de grande relevância para desenvolvê-la (KISHIMOTO, 2000, p. 36).

A contação de histórias na educação infantil de escolas quilombolas, pode possibilitar tanto o conhecimento dos saberes culturais da comunidade, quanto o trabalho lúdico em sala de aula. A ludicidade que é um princípio norteador que referencia a educação infantil, estimulando o processo de ensino e aprendizagem de forma diferenciada e significativa, ao mesmo tempo em que as crianças poderão participar de práticas educativas que se relacionem com o seus contextos vivenciais e as experiências coletivas que fazem parte da comunidade de modo que a aprendizagem possa se desenvolver de forma criativa, mas também que os valores comunitários estejam presentes.

3.2 A Escola Firmo Santino e a educação escolar quilombola em Caiana dos Crioulos

A Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Firmo Santino da Silva, começou a construção de seu Projeto Político-Pedagógico em maio de 2012 com a colaboração de docentes da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) do campus de Guarabira - PB, através do Departamento de História. Até então a discussão sobre formulá-lo já havia sido iniciada desde 2010, quando professores da escola, perceberam a necessidade de construir um projeto pedagógico que viesse discutir sobre a realidade da escola.

Na construção do Projeto Político-Pedagógico houve a contribuição de professores, gestores, comunidade e especialistas, por meio de um trabalho coletivo, buscando uma relação entre escola e comunidade.

A comunidade possui uma cultura fundamentada no repertório afro-brasileiro, e rural. A partir de então ficou definido que no PPP tal repertório passaria a ser contemplado, valorizado e respeitado nos conteúdos ensinados, materiais

didáticos utilizados e nas práticas pedagógicas desenvolvidas na escola. (Projeto Político-Pedagógico da escola Firmo Santino da Silva, 2017, p. 8).

Diante deste cenário, observa-se uma construção do Projeto Político-Pedagógico com aspectos educacionais e sociais estruturados em uma visão construtiva de relações étnico-raciais, que ao ser colocado em prática permite uma acessibilidade de conhecimentos oriundos da cultura de seu povo, que visa e acredita nas potencialidades de seus alunos como força maior para o renascimento e valorização de suas origens.

Para essa valorização o Projeto Político-Pedagógico da Escola Firmo Santino da Silva, apresenta estratégias que possibilitam que os alunos juntamente com as pessoas de sua comunidade levem saberes relacionados a história e cultura afro-brasileira e africana presentes também na sua localidade e que sejam inseridos nos conteúdos em forma de:

Roda de conversa sobre temáticas relacionadas à história e a cultura da comunidade. Para tanto, serão convidadas pessoas da comunidade, lideranças e pais de alunos(as) a falar sobre os temas relacionados às histórias da comunidade e que sejam de interesse dos(as) alunos(as), os quais serão incorporados ao currículo escolar; Contação de histórias, sobretudo, as que dizem respeito ao universo cultural afro-brasileiro, especificamente à Caiana dos Crioulos e outras comunidades quilombolas; entre outras (Projeto Político-Pedagógico da Escola Firmo Santino, 2017, p. 22).

Observa-se a relevância em ouvir as pessoas da comunidade e em transformar tudo que eles podem oferecer em práticas de ensino e em como a contação de história pode contribuir para a disseminação de informações importantes sobre a cultura. Através dessas estratégias implementadas no Projeto Político-Pedagógico, a escola poderá ingressar em uma caminhada de relação entre, cultura, conhecimento, ancestralidade e identidade. Outro documento importante são as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais, pois defende a valorização da história, cultura e identidade afro-brasileira.

Diante da publicação da Lei nº 10.639/2003, o Conselho Nacional de Educação aprovou o Parecer CNE/CP 3/2004, que institui as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana a serem executadas pelos estabelecimentos de ensino de diferentes níveis e modalidades, cabendo aos sistemas de ensino, no âmbito de sua jurisdição, orientar e promover a formação de professores e professoras e supervisionar o cumprimento das Diretrizes (BRASIL, 2006, p. 21-22).

Ações de combate ao racismo e desigualdades étnico-raciais necessitam de espaços que permitam debates construtivos sobre o tema, com participação essencial de pessoas com o poder de fala pautado na valorização sociocultural e sistematicamente a escola, um lugar em que possibilita às crianças contato com diversas etnias, raças e classes sociais, precisa ser alvo desse debate, para que haja uma educação igualitária, independente do pertencimento étnico-racial do aluno.

A educação infantil ocupa um lugar de relevância quando chamamos atenção ao pertencimento étnico-racial. Ela abarca uma fase da vida da criança em que está em constante aprendizado e em passos decisivos para a construção social, por se tratar de um momento em que a criança precisa que sua identidade cultural seja formada e entendida, para, assim, crescer junto ao que foi construído desde a infância. Com isto, se dá a importância de manter a relação parental com o seu povo, através das histórias e vivências. Segundo as Diretrizes para Relações Étnico-Raciais (2006):

É com o outro, pelos gestos, pelas palavras, pelos toques e olhares que a criança construirá sua identidade e será capaz de rerepresentar o mundo atribuindo significados a tudo que a cerca. Seus conceitos e valores sobre a vida, o belo, o bom, o mal, o feio, entre outras coisas, começam a se constituir nesse período (BRASIL, 2006, p. 31).

Com base nesta afirmação, é possível destacar como a relação com o outro se faz necessária em todas as fases da vida, em especial na educação infantil. A percepção de mundo que será viabilizada dentro do espaço escolar, tem um teor de importância imensurável, principalmente tratando-se de educação escolar quilombola, em que será atribuído o lugar de fala à pessoas de estrutura cultural e racial calejados por tudo que viveram.

Independentemente do grupo social e/ou étnico-racial a que atendem, é importante que as instituições de Educação Infantil reconheçam o seu papel e função social de atender às necessidades das crianças constituindo-se em espaço de socialização, de convivência entre iguais e diferentes e suas formas de pertencimento, como espaços de cuidar e educar, que permita às crianças explorar o mundo, novas vivências e experiências, ter acesso a diversos materiais como livros, brinquedos, jogos, assim como momentos para o lúdico, permitindo uma inserção e uma interação com o mundo e com as pessoas presentes nessa socialização de forma ampla e formadora (BRASIL, 2006, p. 37).

Esta afirmação reforça o papel social das instituições de educação infantil, de poder ser a ponte entre o conhecimento e a socialização com diferentes tipos de

cultura e o quanto é relevante para o pleno desenvolvimento sociocultural da criança e suas mais variadas formas de pensar e agir. Assim, também enfatizando a ludicidade como contribuinte para uma melhor interação.

O olhar sobre esses aspectos constitui-se de um aparato de ações facilitadoras que estejam pautadas em explorar o mundo das crianças e de sua realidade. As Diretrizes Curriculares para Relações Étnico-Raciais (2006) enfatizam a necessidade de tanto educadores, quanto as crianças e seus familiares tenham acesso a conhecimentos que valorizem a diversidade.

Ao analisarmos as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola que orientam-se de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais em vigor na educação brasileira, pode-se observar que apresenta especificidades históricas, econômicas, sociais, políticas, culturais e educacionais dos quilombolas, seguindo também os princípios e os aspectos legais nacionais da Constituição Federal e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96), que fundamentam e regem o processo educacional a partir de leis que possibilitam o reconhecimento dos direitos legais da população quilombola. Como segue os demais documentos, esta lei também prioriza uma educação infantil voltada para as especificidades locais, enfatiza que:

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, na qual se privilegiam práticas de cuidar e educar, é um direito das crianças dos povos quilombolas e obrigação de oferta pelo poder público para as crianças de 4 e 5 anos. Deve ser garantida e realizada mediante o respeito às formas específicas de viver a infância, a identidade étnico-racial e a vivência sociocultural (BRASIL, 2016, p. 28).

Neste sentido, é possível entender a obrigatoriedade da oferta de ensino para crianças quilombolas. Isto aponta um aspecto importante na valorização da educação infantil no quilombo, pois, ao implementar a garantia do ensino voltado para a realidade do seu povo, há uma necessidade de adequação na forma de trabalhar os conteúdos e no acolhimento das crianças na escola da comunidade quilombola, com participação ativa nesse processo educacional para obter resultados significativos com relação à prática dentro do ambiente escolar.

Para que esses resultados tenham direcionamento diante da realidade em que as crianças vivenciam é importante ter a participação de integrantes da comunidade que possam ter uma visão realista do que já foi vivido até hoje e que tenham o poder

de fala e de se posicionar para que elas possam entender suas raízes e sua história. O documento de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola (2016), nos diz que:

Visando ao bem-estar e ao direito das crianças quilombolas na Educação Infantil, as instituições educativas que ofertam tal etapa e em atendimento às reivindicações do Movimento Quilombola deverão proporcionar a participação das famílias e dos anciãos, especialistas nos conhecimentos tradicionais de cada comunidade, em todas as fases de implantação e desenvolvimento da Educação Infantil (BRASIL, 2016, p. 28).

A partir disto, reafirma-se o poder da participação das pessoas da própria comunidade como vozes ativas e uma força na construção do conhecimento cultural, levando em consideração as relações intimistas que possuem com os acontecimentos daquele lugar e com a identidade do seu povo.

Na educação infantil esta participação é de grande relevância. Desde pequenos, os alunos precisam ter direcionamento para entender suas origens e a importância de sua ancestralidade, de onde vem, como foi estruturado o local onde vivem, quem foram seus ancestrais e tudo aquilo que faz parte de sua comunidade. Ao se tratar de crianças é imprescindível que estes aspectos sejam desenvolvidos e a contação de história como prática de educar e lúdica permite melhor interpretação e entendimento de seus pertencimentos sociais, históricos e culturais.

Deverão ainda considerar as práticas de educar e de cuidar de cada comunidade quilombola como parte fundamental da organização curricular de acordo com seus espaços e tempos socioculturais. Outra função será elaborar material didático específico para a Educação Infantil, junto com os docentes quilombolas, Secretarias de Educação, instituições de Educação Superior e pesquisadores, a fim de garantir a introdução de aspectos socioculturais quilombolas considerados mais significativos para a comunidade de pertencimento da criança. (BRASIL, 2016, p. 28).

Assim, o ambiente escolar quilombola estará interligado à comunidade e com uma organização curricular adequada para aquele determinado espaço, com criação de materiais didáticos adequados e específicos para a educação infantil, com aspectos socioculturais quilombolas adequados e alusivos da criança.

Contudo, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (2012), saliente que “O MEC deverá viabilizar com criações de programas, os materiais pedagógicos, utilizando de um processo de aquisição e distribuição sistemática considerando a realidade das crianças quilombolas”, estas ações

necessitam de urgência e veracidade para melhor atender as escolas das comunidades quilombolas.

Tendo em vista a importância desses documentos para a formação das crianças negras, destaca-se também a contação de história uma prática presente nas ações metodológicas que estimula a imaginação e é como uma fonte de satisfação para o universo da criança, um exercício que possibilita imaginar, criar, recontar e brincar. É imprescindível que esses momentos estejam presentes nas instituições de educação infantil, além de proporcionar o prazer da descoberta em cada narrativa apresentada, ajuda na resolução de conflitos internos, na autoidentificação da criança negra e na interação com o outro.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), afirma que essa interação define o cotidiano da infância e traz consigo muitas aprendizagens e potencialidades para o desenvolvimento integral das crianças, assim, possibilitando um olhar mais cauteloso com relação a isso, tendo em vista todas as possibilidades educativas que proporciona, além de processos socialização e interação existe uma junção de fatores importantes como: a imaginação, o desenvolvimento cognitivo, a fala e as emoções. Abramovick (2001) diz que

É ouvindo histórias que se pode sentir (também) emoções importantes, como a tristeza, a raiva, a irritação, o bem-estar, o medo, a alegria, o pavor, a insegurança, a tranquilidade, e tantas outras mais, e viver profundamente tudo o que as narrativas provocam em quem as ouve — com toda a amplitude, significância e verdade que cada uma delas fez (ou não) brotar. [...] Pois é ouvir, sentir e enxergar com os olhos do imaginário (ABRAMOVICH, 2001, p.17).

De acordo com essa afirmação, entende-se que ao ouvir uma história, a criança também expressa diversos sentimentos como se neste momento ela estivesse vivendo na realidade em que se passa a narrativa, assim, manifestando emoções através do imaginário, que por si só já se torna uma peça chave nessa ação metodológica, transformando a contação em um momento mágico e real.

Ah, como é importante para a formação de qualquer criança ouvir muitas, muitas histórias. [...] Escutá-las é o início da aprendizagem para ser um leitor, e ser leitor é ter o caminho absolutamente infinito de descoberta e de compreensão do mundo [...] (ABRAMOVICH, 2001, p.16-17).

Diante do exposto, percebe-se um leque de contribuições educativas e sociais que a contação de história proporciona para a formação da criança, sua importância

na educação infantil e na formação de leitores capazes de compreender e descobrir um mundo, seja através da imaginação ou de situações reais de seu cotidiano.

3.3 Sequência didática

O documentário foi realizado na Comunidade Quilombola de Caiana dos Crioulos, situada na cidade de Alagoa grande-PB, por Ítalo Jones Marinho, no ano de 2015, resultado do curso de capacitação audiovisual Quilombo Vivo. O vídeo reafirma a crença de que, um dia, surgirá uma grande cidade a partir do desencanto da pedra “letrada” que fica na comunidade.

Objetivo geral

- Proporcionar o conhecimento sobre as crenças a partir das contação de história apresentada no documentário O Reinado Encantado de Caiana.

Objetivos específicos

- Apresentar a crença do Reinado Encantando através da contação de história.
- Reconhecer aspectos culturais e históricos da comunidade.
- Promover momentos de interação e aprendizado através da contação de história.

Conteúdos

- A contação de história e o lado real do dia a dia;
- A cultura quilombola;
- Memória e imaginação: Recontando a história;

Campo de experiência

- Escuta fala e pensamento;
- O eu o outro e o nós
- Corpo, gestos e movimento;

Habilidades (BNCC)

- (EI03EF01)Expressar ideias, desejos e sentimentos sobre suas vivências, por meio da linguagem oral e escrita (escrita espontânea), de fotos, desenhos e outras formas de expressão.
- (EI03EF04)Recontar histórias ouvidas e planejar coletivamente roteiros de vídeos e de encenações, definindo os contextos, os personagens, a estrutura da história
- (EI03EO03)Ampliar as relações interpessoais, desenvolvendo atitudes de participação e cooperação.

- (EI03EO04) Comunicar suas ideias e sentimentos a pessoas e grupos diversos
- (EI03EO06) Manifestar interesse e respeito por diferentes culturas e modos de vida
- (EI03CG01) Criar com o corpo formas diversificadas de expressão de sentimentos, sensações e emoções, tanto nas situações do cotidiano quanto em brincadeiras, dança, teatro, música.

Tempo de duração:

3 aulas.

Detalhamento das aulas

1º Aula

Organização da turma: Na sala, as crianças serão organizadas em roda.

Introdução: Será feito um momento de socialização entre as crianças a respeito do que sabem sobre a pedra letrada de Caiana, induzidas por perguntas como: já ouviram falar sobre? Conhecem esse local? Dialogar sobre as histórias que existem a cerca daquele lugar.

Desenvolvimento da aula: Será realizada uma contação de história de acordo com as histórias contadas no documentário “ O reinado Encantado de Caiana” , apresentado através da utilização do recurso didático : sacola de história, que auxiliara no momento e que permite instigar a imaginação e que as crianças possam ter uma percepção visual e oral bem clara sobre a narrativa em questão. Ao finalizar as crianças poderão interagir entre elas sobre a história ouvida e comentar sobre : O que mais gostou; o que as pessoas encontravam por lá que desaparecia; como podem descrever o local a partir de seus conhecimentos e do que foi contado.

Conclusão: Confeção de um livro ilustrativo com materiais artesanais da comunidade e com imagens extraídas do local, contando a história do “ Reinado Encantado de Caiana “ .

Avaliação: A avaliação será de forma contínua ao longo da aula, analisando o desenvolvimento das crianças nas atividades propostas.

2º Aula

Organização da turma: Para esse momento as crianças serão organizadas em roda no chão da sala.

Introdução: De inicio será recapitulado de forma sucinta a história que foi contada na aula passada, em especial as crenças sobre os objetos que ali apareciam, explorando a memória e a imaginação das crianças

Desenvolvimento: Será levado para a sala de aula objetos que segundo as histórias aparecem na pedra que servirão como material concreto para aula, e assim contado para as crianças de forma detalhada como eram vistos e o que possivelmente acontecia caso alguém pegasse ou se aproximasse, como também em que aquele lugar se transformaria, caso fosse desencantado, segundo informações colhidas no vídeo através das pessoas da comunidade. Em seguida as crianças poderão observar os objetos de perto e dialogar sobre eles a partir de estímulos por parte dos professores.

Conclusão: Como atividade, será entregue desenhos relacionados aos objetos que apareciam na pedra para a pintura utilizando cores que possivelmente seriam. Como atividade de casa as famílias serão orientadas de contarem suas versões para as crianças.

Avaliação: A avaliação será de forma contínua, observando a desenvoltura e participação na aula.

3º Aula

Organização da turma: As crianças serão levadas para o pátio da escola.

Introdução: No início da aula será feito um momento de socialização sobre o que as famílias contaram para as crianças a respeito da pedra “letrada”, cada criança terá oportunidade de falar o que ouviram. Assim proporcionando o desenvolvimento da linguagem oral.

Desenvolvimento: Será passado para as crianças recortes principais em vídeo do documentário “ O Reinado Encantado de Caiana” e a partir dele reconectar as crianças com as histórias contadas. Para um momento de interação será utilizado o livro confeccionado pelas próprias crianças na aula anterior, para assim através da imaginação recontarem a sua própria versão sobre a pedra “letrada” mantendo um contato mais íntimo como também uma momento de descontração.

Conclusão: as crianças irão realizar desenhos relacionados com a narrativa e montar um mural ilustrativo de suas visões sobre aquele lugar.

Avaliação: A avaliação acontecerá através da participação das crianças nas atividades propostas e sua desenvoltura.

Finalizando a sequência: Será realizado uma peça teatral infantil, contado as versões contadas no documentário, através da visão e dramatização das crianças.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criança por muito tempo teve sua infância interrompida, era vista como adulto antes de tornar-se, o que acarretou diversas formas de pensar e conceituar infância, principalmente tratando-se da infância negra, em uma sociedade totalmente desigual, na qual o racismo escancarado atingia os mais diversos lugares e as submetiam a situações de exposição social e trabalhos escravos. O processo de construção da identidade inicia-se desde a infância e, diante das negatividades vista desde o passado, a valorização e afirmação cultural da criança possui seus altos e baixos.

Nas comunidades quilombolas as pessoas que ali habitam buscam enaltecer suas raízes e culturas de forma ímpar e particular, o que contribui para que as crianças tenham uma forte influência para seu reconhecimento e pertencimento étnico, tendo em vista que a história desse povo é transmitida de geração para geração através da contação de história, em que a pessoa idosa tem uma participação ativa e importante nesse contexto.

Fazer uma pesquisa desse porte foi de grande importância para a minha formação acadêmica, pelo fato de que todo o estudo foi feito desde os tempos passados até os dias de hoje, com reflexões de autores que engradeceram e contribuíram de forma significativa para que o objeto de estudo fosse discutido de forma precisa e perspicaz, enriquecendo o conhecimento e sendo aporte para fins de outras pesquisas.

Como professora atuante na educação infantil, pude entender o processo de ensino-aprendizagem através da contação de história e como essa prática está diretamente ligada a processos educativos e construtivos na educação escolar quilombola, como também sua contribuição para que crianças negras possam ter uma infância marcada pela ludicidade e aspectos culturais e identitários dentro das instituições de ensino, como também entender a função dos documentos legais primordiais para que seja implementado uma educação voltada para a realidade dessas crianças, assim, permitindo estar em sala de aula e desenvolver práticas pautadas nessa discursão proporcionadas ao longo desse trabalho.

Acreditamos que esta temática de um modo geral se fez necessária para que se possa entender a infância e suas peculiaridades, fazendo relação com a infância da criança negra quilombola, possibilitando pensamentos críticos e reflexivos, construídos a partir de aspectos introduzidos e discutidos a partir da vivência da

comunidade, que servirá como suporte para professores da Escola Firmo Santino da Silva poderem utilizar dessa pesquisa como instrumento de trabalho e ter a contação de história como elemento importante no processo de ensino-aprendizagem.

Nos permitiu perceber que a educação escolar quilombola é uma intermediação entre os saberes da comunidade e o currículo escolar, podendo incluir a utilização da ludicidade que a contação de história proporciona juntamente com o que a localidade também oferece. Diante disso, partindo da necessidade em compreender como a contação de história contribui para a construção social da criança e levando em consideração uma perspectiva histórico-cultural das pessoas idosas da comunidade quilombola de Caiana dos Crioulos, a pesquisa explanou aspectos importantes para a sociedade de modo geral, em como a formação sociocultural da criança negra tem relevância no âmbito educacional, em como sua inserção no currículo é imprescindível para a inclusão e valorização no espaço escolar.

Esperamos colaborar para futuros estudos sobre o tema e melhores esclarecimentos sobre o uso da contação de história como metodologia para o ensino em escolas quilombolas, não só como prática lúdica e interativa, mas como contribuinte para o processo educacional, social e cultural da criança na educação infantil, com novas formas de pensar, incluindo a realidade social da comunidade em que está inserida, que impulse mais pesquisas e que a comunidade quilombola de Caiana dos Crioulos continue ganhando espaço através de trabalhos científicos que valorizes sua história.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, Frannf. **Literatura Infantil: gostosuras e bobices**. São Paulo: Scipione, 2001.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 20 mar. 2021.

BRASIL Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº. 9.394, de 20 de dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm >Acesso em: 26 mar. 2021.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil**. Parecer CEB nº 022/98 aprovado em 17 de Novembro de 1998. Relator: Regina Alcântara de Assis. Brasília, DF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-curriculo-em-movimento-sp-1312968422/legislacao/>> Acesso em: 26 mar. 2021.

_____. **Referencial Nacional para a Educação Infantil**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretária de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998, vol. 1-2-3 Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume.pdf>> Acesso em 27 mar. 2021.

_____. **Relatório da situação da infância e adolescência brasileiras**. Diversidade e equidade: pela garantia dos direitos de cada criança e adolescente. Unicef, Brasília, DF, [2003]. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/t%C3%B3picos/relat%C3%B3rio-da-situa%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 10 abr. 2021.

_____. Ministério da Educação. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE). **Texto-referência para a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola**. Brasília, DF: CNE, 2011. Disponível em: http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes_curric_educ_quilombola.pdf. Acesso em 12 abr. 2021.

_____. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares para a Educação Quilombola**. Parecer Homologado Despacho do Ministério, Público no D.O.U de 20 de de 2012.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília, 2004. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes_etnicoraciais.pdf > Acesso em: 05 Maio 2021.

BROUGÈRE, Gilles. **Brinquedo e cultura**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

CARRIL, Lourdes de Fátima Bezerra. **Os desafios da Educação Quilombola no Brasil**. Revista Brasileira de Educação v. 22 n. 69 abr.-jun. 2017.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **O brincar e duas teorias**. São Paulo: Pioneira, 2002

LIMA, Hezrom Vieira Costa. **Negro & Quilombola 1: a identidade étnica em questão na comunidade remanescente de quilombos de Caiana dos Crioulos-PB**. Cadernos de História, Belo Horizonte.

Miranda, S. A. Educação escolar quilombola em Minas Gerais: entre ausências e emergências. *In: Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro: ANPEd; Campinas: Autores Associados, v. 17, n. 50, p. 369-498, maio/ago. 2012.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o Racismo na escola**. 2ª edição revisada /[Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

PAULA, Elaine de; NAZÁRIO, Raeli; Entre o quilombo e a educação infantil: O (não) lugar das crianças quilombolas na política educacional brasileira. *In: Revista do Programa de pós-Graduação em Educação [online]* v.11, n. 19, p. 96 - 111, Jan/Jun 2017. Disponível em: <D:/Documentos/tcc%202021/EDUCACOA%20INFANTIL%20QUILOMBO.pdf>> Acesso em: 10 mar. 2021.

RODRIGUES, Edvânia Braz Teixeira. **Cultura, arte e contação de histórias**. Goiânia, 2005.

SILVA, Jackson Ronie Sá; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Felipe Joel; Pesquisa documental : pistas teóricas e metodológicas. *In: Revista Brasileira de História & Ciências Sociais [online]* Ano I - Número I - Julho de 2009. ISSN: 2175-3423. Disponível em: [file:///C:/Users/Thays/Downloads/pesquisa_documental%20\(1\)%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Thays/Downloads/pesquisa_documental%20(1)%20(2).pdf)> Acesso em: 15 mar. 2021.

VANSINA, Jan A tradição oral e sua metodologia. *In: KI-ZERBO, Joseph (Org.). História Geral da África I – Metodologia e pré-história da África*. São Paulo: Ática/Unesco, 1980.